

OS CORPOS DO SISTEMA SEXO/GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE JUDITH BUTLER

THE BODIES OF THE SEX/GENDER SYSTEM: THEORETICAL
CONTRIBUTIONS OF JUDITH BUTLER

LOS CUERPOS DEL SISTEMA SEXO/GÉNERO: APORTES TEÓRICOS DE
JUDITH BUTLER

Lívia Barbosa Pacheco Souza¹

RESUMO: Este artigo apresenta algumas orientações gerais sobre a distinção sexo/gênero e seu impacto na definição da categoria corpo na teoria feminista. Em seguida, são apresentados argumentos que questionam o dimorfismo sexual em termos naturais, a partir das conceituações de Judith Butler, da ambigüidade dos corpos intersexuais e de certas práticas corporais subversivas. Nessa linha, são expostas abordagens essencialistas e construtivistas em relação ao corpo, ilustradas a partir das propostas de Luce Irigaray e Judith Butler. Por fim, conclui-se pela necessidade de debater a categoria sexo como ocasião privilegiada para reformular as múltiplas conceituações que envolvem a dimensão do corpo.

Palavras-chave: Sexo. Gênero. Corpo. Judith Butler.

1409

ABSTRACT: This article presents some general guidelines on the sex/gender distinction and its impact on the definition of the body category in feminist theory. Next, arguments are presented that question sexual dimorphism in natural terms, based on Judith Butler's concepts, the ambiguity of intersexual bodies and certain subversive bodily practices. In this line, essentialist and constructivist approaches are exposed in relation to the body, illustrated from the proposals of Luce Irigaray and Judith Butler. Finally, it is concluded that there is a need to discuss the category of sex as a privileged opportunity to reformulate the multiple concepts that involve the dimension of the body.

Keywords: Sex. Gender. Body. Judith Butler.

RESUMEN: Este artículo presenta algunas pautas generales sobre la distinción sexo/género y su impacto en la definición de la categoría cuerpo en la teoría feminista. A continuación, se presentan argumentos que cuestionan el dimorfismo sexual en términos naturales, a partir de los conceptos de Judith Butler, la ambigüedad de los cuerpos intersexuales y ciertas prácticas corporales subversivas. En esta línea, se exponen enfoques esencialistas y constructivistas en relación al cuerpo, ilustrados a partir de las propuestas de Luce Irigaray y Judith Butler. Finalmente, se concluye que existe la necesidad de discutir la categoría de sexo como una oportunidad privilegiada para reformular los múltiples conceptos que involucran la dimensión del cuerpo.

Palabras clave: Sexo. Género. Cuerpo. Judith Butler.

¹ Universidade do Estado da Bahia <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

I. INTRODUÇÃO

Atualmente, grande parte dos intelectuais da psicanálise e dos estudos de gênero tem centrado suas produções teóricas em torno da categoria de corpo, em grande parte devido à virada intelectual que causou o impacto da teoria feminista nos últimos quarenta anos. Assim, o corpo, e sua complexa relação entre sexo e gênero, passa progressivamente a receber atenção especial nas ciências sociais e humanas. No entanto, como aponta Rosi Braidotti (2000), há divergências importantes em torno desse tema.

Nesse contexto, em primeira instância, são apresentadas algumas orientações gerais sobre a distinção sexo/gênero e seu impacto na delimitação da categoria corpo na teoria feminista. Em seguida, são apresentados argumentos que questionam o dimorfismo sexual em termos naturais, com base nas conceituações de Judith Butler, na ambigüidade dos corpos intersexuais e em certas práticas corporais subversivas. Nessa linha, são expostas abordagens essencialistas e construtivistas em relação ao corpo, ilustradas a partir das propostas de Luce Irigaray e Judith Butler. Por fim, conclui-se pela necessidade de debater a categoria sexo como ocasião privilegiada para reformular as múltiplas conceituações que envolvem a dimensão do corpo.

1410

A questão é complexa e, por questões de espaço, alguns eixos foram privilegiados em detrimento de outros. Não se pretende cobrir exaustivamente o tema levantado, mas sim traçar linhas para uma possível aproximação.

I. SEXO-GÊNERO ALGUMAS DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS

Como apontam especialistas no assunto, os movimentos de libertação feminina surgidos na década de 1960, ancorados em *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, mobilizaram uma prolífica produção intelectual multidisciplinar (FEMENÍAS, 2002; DORLIN, 2009) que rapidamente passou a configurar o tão -chamada Teoria Feminista. A partir daí, foram feitas tentativas de tornar as mulheres visíveis na esfera social, explicar sua opressão e alcançar relações mais igualitárias entre homens e mulheres em todos os âmbitos. Embora as formas de explicar a subordinação fossem diversas, todas tomaram como referência a categoria feminista.

Posteriormente, a introdução da categoria gênero tornou o debate mais complexo, estabelecendo uma análise relacional contextualizada que permitiu reformular a noção de mulher a histórica, essencial e universal (CANGIANO;

DUBOIS, 1993). Como categoria de análise, gênero ofereceu ferramentas úteis para compreender o caráter relacional e o longo processo histórico de construção social que sustenta a diferença entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, denunciava a lógica binária e excludente que ordena a distribuição de poder entre homens e mulheres de forma desigual (BURIN; MELER, 1998, 2000).

Em suma, a introdução do gênero no campo do feminismo produziu um grande avanço na compreensão da diferença entre homens e mulheres como produto de normas culturais, um avanço teórico significativo, pois permitiu começar a pensar a subordinação das mulheres fora do campo da natureza.

Nesse contexto conceitual, o gênero é delimitado pela oposição ao conceito de sexo –concebido como fato biológico–. O gênero é estritamente identificado com o conjunto de significados que diferenciam homens de mulheres: ativo/passivo, provedor/ dona de casa, público/privado, cultura/natureza, razoável/ emocional, competitivo/compassivo. Em contraste com isso, sexo refere-se aos corpos de homens e mulheres, como fixos, imutáveis e naturais.

Como aponta Jason Glynos (2000), essa distinção está na base do chamado fundacionalismo biológico. Tal modelo teórico, diferentemente do determinismo biológico, incorpora explicações que dão conta de uma determinada construção social, embora sempre na forma de significados culturais que recobrem o corpo como base natural e neutra. O fundacionalismo biológico subscreve a ideia de que sexo e gênero existem como domínios relativamente autônomos, com o primeiro funcionando como um inibidor das possibilidades do segundo. Nesse sentido, a categoria sexo fornecia um ponto de referência inquestionável, de modo que a possibilidade de definir uma identidade especificamente feminina encontrava seu amparo no inquestionável dimorfismo que o sexo impõe ao corpo.

Gayle Rubin (1986), em seu artigo clássico *Tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política do sexo"*, usa a categoria Sistema de sexo/ gênero para delimitar os aspectos da vida social que produzem e sustentam a opressão das mulheres e das minorias sexuais. Rubin define o Sistema de Sexo/ Gênero como “o conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual essas necessidades humanas transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1986: 97). Dessa forma, Rubin estrutura seu pensamento na consolidação do binômio sexo/gênero, que entrelaça o fundacionalismo biológico

como forma privilegiada de pensar a forma como os corpos adquirem significados sociais.

Deste ponto de vista, o corpo é entendido como uma unidade orgânica autonomamente integrada. Aspectos como raça, sexualidade, gênero constituem atributos do corpo delimitados como superfície passiva e fixa, como real pré-discursivo, biologicamente determinado (FERNÁNDEZ, 2003). Embora a anatomia seja um dos critérios mais importantes para a classificação dos seres humanos, é claro que a biologia por si só não garante a características socialmente atribuídas a cada um dos sexos.

É a partir daqui que o gênero começa a ser circunscrito como a interpretação cultural do sexo. Portanto, o gênero é para a cultura o que o sexo é para a natureza.

Atualmente, a proliferação da teoria Queer e dos estudos culturais desestabilizou a categoria de sexo com base na forte crítica feita contra a noção de identidade e natureza (BUTLER, 1999; NOUZEILLES, 2002). A tendência atual de entender as identidades em termos fragmentários traz para o debate a clássica distinção sexo/ gênero. A disseminação das ideias pós-estruturalistas no início dos anos 1970 (muitas vezes ligadas a Foucault e Derrida) criou fortes críticas às oposições binárias. Por outro lado, a ideia de natureza começa a ser questionada como um existente situado fora dos discursos sociais. A ideia de natureza encontrar-se-ia, então, configurada por interpretações de um determinado momento histórico com finalidades legitimadoras de um estado de coisas. Nesse sentido, o que é natural deve ser entendido como aquilo que está profundamente enraizado nas convenções sociais (HARAWAY, 1992).

1412

Desse ponto de vista teórico, a noção de gênero se estende para abarcar a própria oposição sexo/ gênero (ou natureza/ cultura), entendida como um efeito discursivo que coloca tal oposição fora dos limites do discurso, pois é o próprio discurso que gera a distinção discursivo/extradiscursivo. Portanto, sexo e gênero não adquirem seu valor de oposição fora dos significados culturais.

2. MORFOLOGIA CORPORAL: DIMORFISMO SEXUAL... E ALÉM

Nos anos 80, Judith Butler estourou no cenário acadêmico do feminismo norte-americano. Os argumentos que a autora aí expõe dão uma reviravolta na forma de pensar o sexo tal como era concebido pelas feministas que a antecederam. As

contribuições de Butler sugerem que, ao contrário do que se costuma pensar, o sexo não constitui a base sobre a qual o gênero se deposita por meio da socialização para cobrir harmoniosamente sua superfície. Ao contrário, o gênero institui a diferença sexual anatômica como um fato natural.

O discurso da diferença sexual, como fato natural, apela a um aspecto particular da biologia: a reprodução sexuada. Assim, sob o signo discursivo da reprodução sexuada, cromossomos, hormônios e órgãos genitais, dimorficamente decodificados, constituem o suporte substancial da essência do sexo natural (LAQUEUR, 1994; FAUSTO-STERLING, 2004).

Como já foi mencionado, a distinção sexo/ gênero significa que sempre é possível diferenciar claramente entre o -sexo- biológico e o -gênero- cultural . Ao mesmo tempo, supõe a maleabilidade do gênero diante da natureza permanente e imutável do sexo. Por fim, tal binarismo assume a ideia de que na dimensão biológica é sempre possível encontrar a distinção entre mulheres e homens.

No entanto, vários pensadores destacaram que o abismo da diferença que a natureza parece determinar entre os corpos de ambos os sexos oferece nuances. Nesse sentido, e na mesma linha de Butler, seria antes uma ideologia que impõe o modelo da diferença sexual. Thomas Lacqueur (1994) apontou que no século XVI os cientistas consideravam o corpo humano como basicamente um: os corpos masculino e feminino não eram considerados fundamentalmente diferentes. Por um longo período, a ênfase foi colocada nas semelhanças entre o corpo masculino e o corpo feminino.

Esta afirmação de Lacqueur em relação à existência de um único sexo, que se manteve desde a Antiguidade Clássica até o Renascimento, sugere um modelo masculino -referindo-se aos escritos e ilustrações de Aristóteles e Galeno-. A vagina era considerada um pênis invertido, enquanto o útero era visto como um escroto interno. Os órgãos genitais do homem, dobrados para dentro, eles formaram os órgãos genitais femininos. Essa paridade topológica é o que permite falar de um sexo único. Homens e mulheres estão ligados por uma anatomia comum. Isso nos permite ver a ruptura da relação mimética entre sexo e gênero, pois vemos como a autora demonstra que dois gêneros - sociais - coexistiam pacificamente com um único sexo.

Somente no final do século XVII começaram a circular novos nomes e categorias, deixando para trás as representações de um único sexo e estabelecendo a diferença entre os sexos - por exemplo, a descoberta do clitóris -. Cada órgão recebe

existência e inteligibilidade a partir de novas nomenclaturas. Ao longo do século XVIII e no início do século XIX, então, o corpo feminino foi descrito de forma cada vez mais diferenciada (LACQUEUR, 1994). Com o advento da endocrinologia no início do século XX, a sexualização do corpo deixou de se restringir às estruturas morfológicas do corpo.

No entanto, não faltam conhecimentos que evidenciam e questionam a distinção dos corpos em dois sexos. Fausto-Sterling (2003), por exemplo, já apontava que a complexa organização do corpo humano não é compatível com a estrita divisão dualista entre os corpos masculino e feminino. Mesmo assim, o autor sugere que, apesar dos indícios de que o sexo oferece uma variedade de nuances que devem ser analisadas detalhadamente, a presunção do binário é forte o suficiente para contrariar as evidências que questionam sua organização dicotômica. O binário parece ser tão evidente per se que a distinção entre os sexos se projeta nas funções corporais.

Intersexo e transexualidade desafiam fortemente as concepções de corpo que fundamentam o binário sexo/gênero. Sobretudo a intersexualidade questiona o modelo dimórfico da diferença sexual, até porque as cirurgias de redesignação sexual constituem um testemunho sobre a instauração de novos contornos a corpos com morfologias ambíguas. Não seria mais do que a reinscrição literal do sexo em corpos desobedientes (FERNÁNDEZ, 2004).

O questionamento da reificação do binário sexo/ gênero está contido, ao menos em parte, na evidência de que o sexo não oferece uma morfologia binária exaustivamente classificável (KESSLER; MCKENNA, 2000). A Teoria Queer – inaugurada, entre outros autores, por Judith Butler – supõe transgredir os limites para finalmente dismantelar não apenas as hierarquias baseadas em sexo e gênero, mas também as próprias categorias que circulam no debate. No entanto, como Butler (1993) aponta, a subversão pode levar a resultados inesperados que podem não ser transgressivos.

Apesar de em *Gender Trouble* Butler (1999) deixar escapar a possibilidade de que a proliferação de representações que parodiam o gênero, como o cross-dressing, constitua uma forma de subverter as normas de gênero dominantes, posteriormente, em seu ensaio *Gender is burn* (1993), a autora aumenta a espessura da complexidade do assunto, pois aponta a possibilidade de que uma aparente desnaturação do gênero dê lugar à reconsolidação das normas hegemônicas do gênero.

Obviamente, Butler consegue estabelecer que o fato de parodiar outro gênero – como no caso do cross-dressing ou da encenação de Drag Queen, entre outros – não é suficiente para deslocá-los. O travestismo, então, é concebido como um lugar que reúne certa ambivalência. Butler não descarta a ideia de que o travestismo tem potencial subversivo, pois sem dúvida aponta para o cerne da estrutura imitativa do gênero hegemônico, ao mesmo tempo em que questiona a ideia de naturalidade e originalidade da heterossexualidade.

No entanto, tudo parece indicar que seu potencial normativo se infiltra em suas próprias fissuras para não renunciar a espaços de poder e impedir possíveis rupturas, pois há encenações travestis que reidealizam as normas heterossexuais sem questioná-las, então se geram esferas nas quais a heterossexualidade pode admitir sua falta de originalidade e naturalidade e ainda continuam exercendo seu poder. Nesse sentido, nas palavras de Butler,

Não há gênero original ou primário que a drag imite, mas gênero é um tipo de imitação para a qual não há original; na verdade, é uma espécie de imitação que produz a própria noção de original como efeito e consequência da própria imitação [não há um gênero original ou primário que o cross-dressing imite, mas o gênero é um tipo de imitação que não tem original, o que produz a noção de original como efeito e consequência da própria imitação] (Butler , 1993a: 313)

1415

Afinal, todas as expressões de identidade sexual e de gênero dependem do sistema dicotômico sexo/gênero para sua expressão. Mesmo a homossexualidade e a heterossexualidade são categorias cujo significado depende de morfologias corporais dimorficamente diferenciadas (BUTLER, 1999, 1997). Nessa linha, Judith Butler (1999) detecta o componente heterossexista que perpassa o binômio masculino/feminino. Em sua opinião, é a categoria da diferença sexual que acaba por determinar os critérios de inteligibilidade no campo social.

Ou seja, instaura-se uma matriz a partir da qual se organizam as identidades e se distribuem os corpos, onde lhes é atribuído um sentido específico. As contribuições de Butler permitem um primeiro movimento em direção à desmontagem do sistema sexo/ gênero. Nessa linha, a matriz de inteligibilidade que Butler define, claramente heterossexual, determina que um ser humano corresponda sempre a um gênero, e que esse pertencimento se dê em virtude de seu sexo. Produz-se, assim, uma cadeia que estabelece uma continuidade coagulada entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, que dá inteligibilidade a corpos que mantêm estabilidade, coerência e singularidade na sua identidade pessoal, tornando mesmo imperativa a complementaridade entre os sexos.

Atualmente, aqueles que se identificam como transgêneros se posicionam fortemente contra os intersexuais e transgêneros que tentam entrar na norma de sexo/gênero. Essa tendência a tornar-se inteligível por meio de intervenções cirúrgicas e hormonais revela os mecanismos reguladores pelos quais a diferença sexual se instala. Nesse sentido, ocorre a instabilidade interna do sistema sexo/ gênero , especialmente porque os intersexuais e transexuais rejeitam essas práticas normalizadoras que impõem morfologias ideais (TURNER, 1999).

Essa perspectiva sugere que a autodefinição por meio de uma identidade unívoca, não apenas por parte de intersexuais e transexuais, nunca é bem-sucedida em sua capacidade de captar uma definição coerente, monolítica e unívoca de masculino ou feminino, nem de heterossexual ou homossexual.

Talvez as práticas corporais de travestis e transexuais, bem como o fato de um número significativo de pessoas nascerem com genitália ambígua, possam subverter as certezas heterossexuais. Como aponta Foucault (2008), as categorias sexuais vêm sendo atribuídas desde o século XIX. Esse processo de classificação se acelerou e uma enorme variedade de identidades sexuais paradoxais e ambíguas proliferou. Os sujeitos que carregam essas identidades não podem ser claramente classificados na dicotomia masculino/ feminino, de modo que as categorias parecem se esgotar em seu potencial de significação.

Nessa linha, é muito útil revelar o modo como funciona o recurso de apelo à natureza com existência extradiscursiva, como já mencionado, a partir do qual se estabelece a construção do sexo. A forma naturalizada como entendemos os corpos exige a diferença sexual. Em princípio, é preciso dedicar mais espaço às reflexões teóricas que fomentem o debate sobre o caráter artificial da diferença sexual. Assim, com base no impacto do pensamento de Foucault, Butler sugere que denunciar a dimensão antinatural da natureza é o primeiro movimento em direção à subversão das normas de gênero que constroem o sexo como um lugar natural que organiza o campo do humano de exclusões que deveriam se tornar inaceitáveis.

1.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, a crítica dirigida à noção morfológica de sexo corroeu a confiança no binarismo sexo/gênero; mesmo um grande número de intelectuais direciona suas produções teóricas para o seu desaparecimento. Isso trouxe vários problemas. Diversos

Intelectuais do campo do feminismo não concordam com o alcance das ideias construcionistas, pois abrir mão de uma noção corpórea do feminino implica retirar a ancoragem material ao conceito central que sustenta as reivindicações políticas que lhe deram origem.

Por um lado, uma possível solução parece ser definir a mulher como aquela que veste um corpo feminino. Mas qual é o significado dessas anatomias? Qual é a conexão entre a anatomia feminina e o conceito de mulher? E se, derivada do construtivismo, tal conexão não existe, em nome de quem se pode reivindicar como motor da ação política?

Diante do problema que a categoria de sujeito acarreta para o feminismo, há diferentes projetos. Enquanto Luce Irigaray (2007), por exemplo, defende a busca e expressão da sexualidade feminina, sistematicamente reprimida pelo patriarcado, Butler (1999) apela à sua transgressão, que trata principalmente das restrições produzidas pela heterossexualidade. Por um lado, é possível situar o antiessencialismo, fundado no construcionismo da tradição anglo-americana; nesta linha inscreve-se Judith Butler, para quem o corpo constitui uma construção na qual intervêm as práticas sociais e culturais.

1417

Por outro lado, encontramos uma forte ênfase nas vivências somáticas e na necessidade de revalorização do corpo e da feminilidade referenciados diretamente na materialidade substancial do corpo; essas contribuições respondem à tradição francesa, à qual Luce Irigaray pertence.

No entanto, tanto as produções conceituais de Irigaray quanto as de Butler, ainda que sob perspectivas distintas, tratam da inter-relação entre linguagem, sexo e corpo. Irigaray se pergunta sobre a possibilidade de significar a feminilidade dentro da cultura falocêntrica. Butler enfoca os mecanismos culturais e psíquicos de poder que são disseminados a partir da norma heterossexual.

Sua pergunta passa antes pelos modos como a lei simbólica opera junto com suas exigências de que o sexo seja diádico e estável, sem negligenciar o que essa lei exclui como necessidade lógica de seu próprio funcionamento. Para Irigaray, os sexos são estranhos um ao outro. Butler, por outro lado, não quer ver a dualidade masculino/feminino em termos absolutos, ele considera a diferença sexual como uma das muitas ficções com as quais a linguagem nos povoa. Ambos foram muito criticados. A tendência hiperconstrutivista de Butler (Femenías, 2003) –pelo menos em

Gender Trouble- foi associada ao niilismo. Por sua vez, a ênfase que Irigaray coloca no que é especificamente feminino a levou a criticar o essencialismo.

Luce Irigaray (2007) considera que a diferenciação sexual é universal, permeia tudo. Para ela, o binário masculino/ feminino é uma bipartição localizada nos fundamentos do que é humano. A diferenciação sexual é baseada tanto na diferença anatômica do sexo quanto na linguagem, mutuamente influenciada. É impossível para as mulheres falar de sua feminilidade, em seus próprios termos.

Nas palavras de Irigaray:

Se continuarmos a falar o mesmo, se falarmos uns com os outros como os homens falaram durante séculos, como eles nos ensinaram a falar, sentiremos saudades. Novamente... as palavras passarão por nossos corpos, por nossas cabeças, para se perderem, nos perderem. Distante. Alto. Ausente de nós; máquinas falantes, máquinas falantes [...] Como posso te tocar se você não está aí? Seu sangue se transformou em seu significado. Eles podem falar uns com os outros e conosco. Mas nós? Saia da linguagem deles. Tente repassar os nomes que você recebeu. (IRIGARAY, 2009: 155).

Porque, a seu ver, a linguagem disponível não é neutra, mas falocêntrica, seus esforços tendem a pensar em como delimitar um espaço para a emergência do especificamente feminino. Para a autora, o conceito de mulher é enquadrado por determinações derivadas da supremacia masculina.

Como consequência, apenas o sujeito – masculino por definição – pode se expressar na cultura ocidental. A masculinidade é parte de uma cadeia associativa de razão, mente, cultura e atividade. A feminilidade, no pensamento dualista, tem sido classificada como a sombra, o outro, da masculinidade: emoção, natureza e passividade. Este segundo pólo constitui uma ameaça ao primeiro e deve ser dominado. Nesse contexto, o corpo feminino passou a simbolizar a sexualidade e a diferença sexual.

Por outro lado, em Gender Trouble, Butler (1999) desmonta a divisão radical entre sexo e gênero utilizada por um grande número de feministas como argumento – com alto potencial desconstrutivo – contra a ideia de que biologia é destino. O que pode haver de natural no sexo quando , em sua própria definição, diferentes discursos operaram para produzi-lo como tal? Como já apontado, Butler argumenta que o sexo também é uma construção social, nesse sentido a distinção sexo/ gênero é, portanto, absurda, pois o gênero não opera como uma inscrição cultural sobre um sexo pré-discursivo . O sexo , ao contrário, é em si uma construção, estabelecida por meio de normas de gênero que já experimentamos, Butler afirma,

Uma maneira pela qual a estabilidade interna e a estrutura binária para o sexo são efetivamente garantidas é lançando a dualidade do sexo em um domínio pré-discursivo. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser entendida como efeito do aparato de construção cultural designado por gênero. [Uma das maneiras de garantir efetivamente a estabilidade interna e o quadro binário do sexo é situar a dualidade do sexo em um campo pré-discursivo. Essa produção do sexo como pré-discursiva deve ser compreendida como resultado do aparato de construção cultural nomeado por gênero]. (BUTLER, 1999: 11)

A crítica de Butler que visa derrubar a captura do sexo sob os aspectos fáticos do corpo, culmina na anulação, então, da distinção entre sexo e gênero. O objetivo é desfazer o sexo para instalar a proliferação de novas formas possíveis, incluindo morfologias corporais que fogem das restrições do binário. Antes de Butler, Monique Wittig (2005) argumentou que a categoria sexo não existe a priori, fora do social.

Para este autor, a categoria sexo é política e fundamenta a sociedade como heterossexual. O sexo é estabelecido como disfarce para o fato de ser na verdade um produto da sociedade heterossexual. A economia heterossexual natural, nessa linha, alimenta tal categoria. Wittig menciona que a oposição entre homens e mulheres responde a uma ideologia da diferença sexual, que repetidamente coloca a natureza no lugar de um agente causal para ocultar sua natureza política. Um “já lá” dos sexos é instalado à força, como uma ontologia pré-discursiva. Desta forma, a ideologia da diferença sexual opera como uma rede que cobre tudo.

1419

Em contraste com Irigaray, que concebe o sexo como um dualismo ontológico intransponível, Butler propõe categorias adicionais, como origem étnica, classe e desejo sexual, como uma estratégia para quebrar o caráter monolítico das identidades. Por outro lado, partindo de Foucault, Butler argumenta que o sexo é produzido por meio de um processo de materialização (BUTLER, 1993). A abordagem foucaultiana da materialidade sustenta que os discursos não apenas descrevem o corpo, mas também formulam e constituem suas realidades materiais (FOUCAULT, 2008). Esses significados não são originais e não estão localizados ou ancorados em organismos individuais, mas circulam nos discursos e práticas culturais e sociopolíticas significativos e historicamente mutáveis que descrevem e inscrevem o corpo e a identidade.

Abordagens pós-estruturalistas entendem o discurso como constituindo regimes de verdade sobre o corpo, como práticas que formam o corpo enquanto regulam a subjetividade corporificada por meio da identidade de gênero, entendida como uma agência de controle subjetivo (BURNS, 2003). Nesta linha, Judith Butler,

juntamente com outras teóricas feministas revisionistas (HARAWAY, 1995), impuseram uma reviravolta nos debates sobre corporeidade e desenvolvimento psicológico (MATISONS, 1998; CHAMBERS, 2007), chegaram a introduzir conceitos altamente influentes produções sobre identidade de gênero e seu impacto na construção da morfologia corporal (MCNAY, 1999).

Cada afirmação sobre o corpo, mesmo que seja descritiva, mostra o corpo de uma forma específica. Toda forma de ver ou experimentar o corpo é necessariamente mediada pela linguagem. Com a nossa entrada na linguagem somos obrigados a citar normas existentes, de acordo com os códigos vigentes. Butler, no entanto, encontra novas perspectivas na citação criativa. Assim como Irigaray, portanto, ela está em busca de inovação. Embora Butler não defenda uma teoria voluntarista de gênero, como é acusada, ela sustenta que existe a possibilidade de burlar a norma por meio de citações subversivas. Essa posição teórica é o que sustenta as expectativas atuais de encontrar oportunidades para subverter a dualidade masculino/ feminino por meio da paródia de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1420

Butler deposita suas esperanças nos efeitos subversivos de novas práticas sexuais ou identidades sexuais que podem criar pontos de fuga na diferença sexual. É aqui que o corpo desempenha um papel fundamental como cenário dos efeitos da naturalização, pois configura o suporte materializado dos arranjos de poder que tecem as normas de gênero. Ao invocar o binarismo sexo/ gênero , delimitam-se lugares inabitáveis e inabitáveis, explícita ou subjacentemente que escapam aos princípios de inteligibilidade que tal matriz imprime. As discussões que giram em torno de gênero sempre envolvem a dimensão do sexo. Nesse sentido, teorizar a intersexo e a transexualidade é um desafio fundamental, não só para compreender o gênero, mas também para questionar o sexo de forma mais radical.

Embora limitada pelas categorias atualmente disponíveis, a teoria Queer mostrou o potencial para desafiar as suposições ontológicas que operam em torno do sexo. Essa posição permite levantar questões que nos levam a novos pressupostos sobre a materialidade dos corpos, para além das marcas binárias do sistema sexo/ gênero.

Em todo caso, ainda que fossemos capazes de abandonar os esquemas do corpo dimorficamente sexual, nada a priori nos garante o abandono do binarismo como

quadro de referência central. Seja como for, a tentativa de ir além das restrições impostas pelos significados de masculinidade e feminilidade é um desafio do qual vários intelectuais não estão dispostos a abrir mão. Como ele mantém Guacira Lopez-Louro (2008) Queer surge como um convite ao questionamento e à quebra dos limites do pensável em muitos espaços, em múltiplos domínios. Talvez seja produtivo desconfiar do estabelecido. Talvez devêssemos desconfiar e sentir falta um do outro, sempre.

REFERÊNCIAS

- BRAIDOTTI, R. ([1994] 2000). **sujeitos nômades**. Buenos Aires: Paidós. Tradução de A. Bixio.
- BURIN, M. E MELER, I. (1998). **gênero e família**. Poder, amor e sexualidade na construção da subjetividade. Bons ares: Paidós.
- BURIN, M. & MELER, I. (2000). **Rapazes**. Gênero e mais subjetividade culinária. Buenos Aires: Paidós.
- BURNS, M. (2003). “**Entrevista: comunicação incorporada**”. Em *Feminism & Psychology*, 13(2), (229-236). Londres, Thousand Oaks e Nova Delhi: Sage Publications.
- BUTLER J. ([1990] 1999). **Problemas de gênero**. Feminismo e a subversão da identidade. Nova York e Londres: Routledge.
- BUTLER, J. (1993). **Corpos que importam**. Sobre os limites discursivos do 'sexo'. Nova York: Routledge.
- BUTLER, J. (1993a). **Imitação e insubordinação de gênero**. Em Abelove, H. (ed.), *The Gay and Lesbian Studies Reader*, (pp. 307-320). Londres: Routledge.
- BUTLER, J. (1997). **A vida psíquica do poder**. Teorias em sujeição. Califórnia: Stanford University Press.
- BUTLER, J. (2000). “**Imitação e insubordinação de gênero**”. Em *Gráficos de eros. História, gênero e identidades sexuais*, (pp.87-113). Buenos Aires: Edelp. Tradução de M. Serrichio.
- BUTLER, J. (2007). **O gênero em disputa**. Feminismo e a subversão da identidade. Barcelona: Paidós. Tradução de M. A. Munoz.
- CANGIANO, MC E DUBOIS, L. (1993). **Da mulher ao gênero**. Buenos Aires: Centro Editorial da América Latina.

CÂMARAS, S. (2007). **"Sexo' e o problema do corpo: reconstruindo a teoria de sexo/gênero de Judith Butler"**. In *Body & Society*, 13(4), (pp. 47-75). Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura: Sage Publications

DORLIN, E. ([2008] 2009). **Sexo, gênero e sexualidades Introdução à teoria feminista**. Buenos Aires: Nova Visão. Tradução de V. Goldstein.

FAUSTO-STERLING, A. ([2000] 2006). **Corpos sexuados**. Barcelona: Melusina. Tradução de A. García Leal.

FEMINÍAS, ML (2000). **Sobre assunto e gênero**. Leituras feministas de Beauvoir a Butler. Buenos Aires: Catálogos.

FEMENÍAS, ML (2003). **Judith Butler: introdução à sua leitura**. Buenos Aires: Catálogos.

FERNÁNDEZ, J. (2003). **"Os corpos do feminismo"**. In Maffía, D. (ed.), *Sexualidades migrantes. Gênero e transgênero*, (pp. 86-96). Buenos Aires: Feminária.

FERNANDEZ, J. (2004). **Corpos desobedientes**. Buenos Aires: Ed.tem um.

FOUCAULT, M. ([1976] 2008). **A vontade de saber**. História da sexualidade Vol 1. México: século XXI. Tradução de U. Guiñazú.

GLYNOS, J. (2000). **"Identidade, identificação e diferença sexual: uma contribuição psicanalítica à teoria do discurso"**. *Filosofia e crítica social*, 26(6), (pp. 85-108). Londres, Thousand Oaks, CA e Nova Delhi: Sage Publications.

1422

HARAWAY, D. (1992). **"As promessas dos monstros: uma política regenerativa para outros inapropriados"**. Em Grossberg, L.; Nelson, C. e Treichler, P. (eds.), *Estudos culturais*, (pp. 295-337). Londres: Routledge.

HARAWAY, D. (1995). **Ciência, ciborgues e mulheres**. A reinvenção da natureza (M. Talens trad.). Madri: Cadeira. (Trabalho original publicado em 1991).

IRIGARAY, L. ([1974] 2007). **Especulo da outra mulher**. Madri: Acal. Tradução de R. Sánchez Cedillo.

IRIGARAY, L. ([1977] 2009). **Aquele sexo que não é um**. Madri: Acal. Tradução de R. Sánchez Cedillo.

KESSLER, S. & MCKENNA, W. (2000). **"A construção do gênero em cada vida: transexualismo (resumido)"**. *Feminism & Psychology*, 10(1), (pp. 11-29). Londres, Thousand Oaks e Nova Delhi: Sage Publications.

LAQUEUR, T. ([1990] 1994). **A construção do sexo**. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Madri: Edições da Cadeira. Tradução de E. Portela.

LOPES LOURO, G. (2008). **"O 'estranhamento' queer"**. In Stevens, C. and Swain, T. (eds.), *A construção dos corpos. Perspectivas feministas*, (pp. 141-148). Ilha de Santa Catarina: Mulheres.

MATISONS, MR (1998). “**A nova filosofia feminista do corpo: Haraway, Butler e Brennan**”. *European Journal of Women's Studies*, 5(9), (pp. 9-34). Londres, Thousand Oaks e Nova Delhi: Sage Publications.

MCNAY, L. (1999). “**Sujeito, psique e agência: o trabalho de Judith Butler**”. Em *Teoria, Cultura e Sociedade*, 16(2), (pp. 175-193). Londres, Thousand Oaks e Nova Delhi: Sage Publications.

NOUZEILLES, G. (2002). **Natureza contestada**. Retóricas do corpo e da paisagem na América Latina. Buenos Aires: Paidós.

RICH, A. (1980). “**Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**”. Em *Signs*, 5(4), (pp. 631-660). Chicago: University of Chicago Press.

RUBIN, G. (1986). “**Tráfico de mulheres. Notas sobre uma economia política do sexo**”. Em *Nova Antropologia*, Vol. VIII. nº 30, (pp.95-145). México: UNAM.

TURNER, S. (1999). “**Identidades intersexuais: localizando novas interseções de sexo e gênero**”, *Gênero e Sociedade*, 13(4), (pp. 457-479).

WITTIG, M. ([1992] 2005). **Pensamento heterossexual e outros de túnica**. Madri: Egales. Tradução de J. Sáez e P. Vidarte.